



CONTRATO Nº 007/2023 QUE CELEBRAM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO JOÃO DEL REI – UFSJ E A
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO – FAPED.

A **Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ**, instituída pela Lei nº. 10.425, de 19 de abril de 2002, publicada no DOU de 22 de abril de 2002, sediada em São João del-Rei/MG, à Praça Frei Orlando, nº. 170, Centro, São João del-Rei – MG, CEP: 36.307-352, CNPJ nº. 21.186.804/0001-05, neste ato representada pelo seu Reitor, Prof. Marcelo Pereira de Andrade, brasileiro, casado, professor de magistério superior, portador da Carteira de Identidade nº 170245561, expedida pela SSP/SP e CPF nº. 090.451.598-21, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõem os artigos 24 e 26 e seus incisos do Estatuto aprovado pela Portaria MEC nº 2.684, de 25 de setembro de 2003 - DOU de 26 de setembro de 2003, combinado com o Decreto de 08 de maio de 2020, DOU de 08 de maio de 2020, doravante designada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO - FAPED**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída na forma de "*Fundação de Apoio*", consoante disposto na Lei nº 8.958, de 20/12/1994 e Lei nº 10.973, de 02/12/2004, inscrita no CNPJ sob o nº 00.849.774/0001-91, registrada e credenciada junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação sob a Portaria Conjunta nº 76, de 19/09/2016, reconhecida pela Portaria Conjunta nº. 127, de 14/09/2021, na forma do inciso 111 do art. 2º da Lei 8.958/94, sediada em Sete Lagoas/MG, à Rua Chichilo Labbate, 167, bairro Cedro e Cachoeira – Sete Lagoas/MG – CEP: 35.700-399 - Telefone (31) 3773-3855, neste ato representada por seu Diretor Executivo, **Robert Eugene Schaffert**, americano, casado, engenheiro agrônomo, portador da RNE W427157-6, data da Expedição: 22/12/2009, órgão emissor PF, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 241.289.296-20, doravante designada **CONTRATADA**, no uso de suas atribuições tendo em vista o que consta no **Processo nº 23122.047442/2022-52, Autorização Ad Referendum Reitoria fl. 156**, regendo-se pelas normas brasileiras de Direito Público e pelas disposições legais específicas, em especial pela Lei nº 8958/94 e suas alterações, as mencionadas nas Resoluções 007/2016 CONDI, 058/2006 CONSU, nos termos do Decreto nº 7.423/10, Decreto 8.241/2014, Lei nº 8.666/93, e demais legislações pertinentes, resolvem celebrar o presente Instrumento, o qual será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo tem por objeto a Concessão à **CONTRATADA** do gerenciamento de recursos captados e oriundos de taxa de inscrição e recebimento de patrocínios da iniciativa privada para arrecadação de fundos, para o evento nomeado como SIMBIO – Simpósio de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia que ocorre bianualmente. Pretendo ampliar as discussões sobre as áreas de atuação do Engenheiro de Bioprocessos e dos profissionais de biotecnologia, além de aproximá-los do mercado de trabalho, de novas tecnologias e assuntos relacionados à inovação do setor, dessa forma, nesta terceira edição o evento terá caráter regional, segundo as normas da CAPES, firmando parceria com o curso de Engenharia de Bioprocessos da UNESP.



CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 – Compete à CONTRATANTE:

2.1.1 – Escolher um local adequado para a realização do evento no município de Tiradentes/MG que comporte o número de participantes e possua infraestrutura adequada para o evento;

2.1.2 – Submeter a proposta às agências de fomento à pesquisa (CAPES, CNPq e FAPEMIG) solicitando apoio financeiro;

2.1.3 - Solicitar apoio financeiro a empresas brasileiras que possam ter interesse em participar do evento;

2.1.4 - Definir os comitês-científicos nacional e internacional do evento;

2.1.5 - Divulgar amplamente o evento no Brasil e exterior;

2.1.6 - Receber os artigos e indicar revisores, para finalmente dar um parecer sobre a decisão de aceite;

2.1.7 - Organizar os canais do evento em arquivo eletrônico para ser divulgado no *website*;

2.1.8 – Designar por meio de portarias os fiscais titular e suplente que emitirão relatório final sobre a prestação de serviços, atestando a sua execução em conformidade com especificações constantes no Projeto Básico/Plano de Trabalho;

2.1.8.1 - A fiscalização abrange as seguintes rotinas:

a) Avaliação da distribuição/tempo quando solicitado;

b) Acompanhamento e análise dos custos;

2.1.9 – Elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos referidos no §2º do art. 11 do Decreto nº. 7.423/10 e demais informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela **CONTRATANTE**, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito, conforme §3º, art.11 do Decreto nº. 7.423/10;

2.1.10 – Aplicar os recursos financeiros excedentes não utilizados no evento, posteriormente, caso hajam, no Departamento de Química, Biotecnologia e Engenharia de Bioprocessos (DQBIO) para aquisição de equipamentos; ou para manutenção de equipamentos alocados nos laboratórios sob responsabilidade do DQBIO; ou para aquisição de mobiliário; ou aquisição de reagentes, conforme as necessidades do Departamento.

2.1.11 - Manter arquivados os cronogramas financeiros e os registros de todas as despesas ocorridas relacionadas a este Projeto.



2.2 – **Compete à CONTRATADA:**

2.2.1 – Realizar a gestão administrativa e financeira do objeto pactuado, de acordo com o plano de trabalho e projeto, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste projeto;

2.2.2 - Aplicar os recursos discriminados no plano de trabalho exclusivamente no objeto do presente projeto aprovado;

2.2.3 - Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este projeto em conta específica, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho;

2.2.4 - Manter os comprovantes originais das despesas arquivados à disposição dos órgãos de controle interno e externo;

2.2.5 - Permitir o livre acesso do fiscal de contrato, dos partícipes, bem como dos órgãos de controle interno e externo; aos processos, documentos, movimentações financeiras da conta específica referente a este projeto sempre que for solicitado;

2.2.6 - Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste projeto, no prazo e forma estabelecidos;

2.2.7 – Prestar os serviços na forma e condições definidas no Projeto e no Plano de Trabalho e em conformidade com o instrumento contratual, com a resolução nº 007, de 29 de agosto de 2016 e demais legislações vigentes;

2.2.8 – Exercer única e exclusivamente atividade administrativa na qualidade de gestora dos recursos financeiros utilizados, não tendo responsabilidades, direitos ou obrigações nos resultados obtidos, passíveis ou não de proteção legal;

2.2.9 - Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora da Instituição, atendendo prontamente às solicitações por ela apresentadas;

2.2.10 - Responsabilizar-se pela guarda dos documentos relativos ao presente instrumento;

2.2.11 - Observar a legislação previdenciária e trabalhista, bem como, realizará provisionamentos trabalhistas, quando cabível, implantando todos os controles demandados pela boa gestão dos recursos humanos;

2.2.12 - Captar os recursos financeiros (taxa de inscrições e recursos oriundos de patrocinadores da iniciativa privada), conforme estabelecido no Projeto Básico/Plano de Trabalho;

2.2.13 - No final da execução do instrumento jurídico disponibilizar a UFSJ os saldos financeiros remanescentes pertencentes ao projeto;



2.2.14 - Elaborar e encaminhar a prestação de contas à UFSJ no prazo estimado de até 60(sessenta) dias após o término de vigência deste Instrumento Legal com os demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos, cópias de guia de recolhimento e atas de licitação (se for o caso);

2.2.15 - Sem prejuízo da prestação de contas final prevista no inciso anterior, havendo prorrogação da vigência contratual, apresentar prestação de contas parcial, referente à execução do objeto do instrumento contratual e à utilização dos recursos disponibilizados no período inicialmente acordado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente CONTRATO terá vigência de **12(doze) meses** contados a partir de sua assinatura, podendo por interesse da Administração, ser prorrogado.

3.2 – A prorrogação fica condicionada a justificativas robustas, aprovadas pela autoridade competente, com vistas ao cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos no Plano de Trabalho ou outros supervenientes, cuja necessidade venha a ser identificada no curso da execução do projeto, incidindo, no que couber, o art. 57, § 1º, 2º e 3º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

4.1 – É parte integrante deste CONTRATO o Projeto e o Plano de Trabalho elaborados pela Coordenação, independentemente de transcrição, o qual definirá as condições de execução das atividades e sua gestão, de forma a alcançar as metas elencadas neste Instrumento, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO

5.1 – Na hipótese de descumprimento, pela **CONTRATADA**, de quaisquer das obrigações pactuadas, notadamente, atraso na entrega dos serviços, objeto do presente Instrumento, ficará a **CONTRATANTE** no direito de deduzir do valor a ser pago à **CONTRATADA**, na forma da cláusula quarta, multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) da quantia destinada ao pagamento do serviço, na fase em que se der a inadimplência, sem prejuízo, de poder ainda, a **CONTRATANTE** dar por rescindido o presente Contrato, inclusive nos casos fixados no art. 79 e 80 da Lei 8.666/93, e promover a cobrança de perdas e danos, pelas vias legais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES



6.1 – Serão incorporadas ao presente Contrato, mediante Termos Aditivos, quaisquer modificações do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto que venham ser necessários durante sua vigência, respeitados os limites preconizados no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDUTAS VEDADAS

7.1 – É vedada a subcontratação total do objeto do presente Contrato, com base no disposto na Lei nº 8.958, de 1994 e pelo Decreto nº 7.423/10, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto conveniado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – O descumprimento parcial ou total de qualquer das cláusulas contidas no Contrato sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa.

8.2 – A inexecução, parcial ou total do Contrato poderá ensejar a aplicação da pena de suspensão temporária para licitar e contratar, independentemente de multa, a ser arbitrada de acordo com a gravidade da infração.

8.3 – A pena de suspensão poderá ser convertida em advertência sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua(m) a responsabilidade da **CONTRATADA** e desde que não tenha havido prejuízo ao erário.

8.4 – A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes percentuais:

8.4.1 – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º dia de atraso na entrega do objeto pactuado;

8.4.2 – 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não realizados;

8.5 – O valor das multas deverá ser pago espontaneamente, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis ou deduzidos do pagamento eventualmente devido, ou ainda, cobrado judicialmente;

8.6 – As multas previstas neste subitem não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes da(s) infração(ões) cometida(s);

8.7 – As multas referidas poderão, a critério da **CONTRATANTE**, serem aplicadas, isolada ou conjuntamente, com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pela **CONTRATADA**.

8.8 – A Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos casos previstos no art. 88 da Lei Federal 8.666/93, serão aplicadas nos seguintes casos:



8.8.1 – A **CONTRATADA** apresentar documentos para habilitação, adulterados ou falsos, devidamente comprovados em processo administrativo;

8.8.2 – Tenha a **CONTRATADA** sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.8.3 – Tenha a **CONTRATADA** praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos ora pactuados;

8.8.4 – Tenha a **CONTRATADA** demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, suspendendo-se, via de consequência, a prestação dos serviços da **CONTRATADA** quando:

9.1.1 – A **CONTRATADA** requerer Recuperação Judicial ou Extra;

9.1.2 – A **CONTRATADA** transferir a terceiros no todo ou em parte, os serviços ajustados, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;

9.1.3 – A **CONTRATADA** suspender a prestação dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, sem justificativa e/ou sem anuência da **CONTRATANTE**;

9.1.4 – Houver atraso injustificado superior a 10 (dez) dias corridos, na prestação dos serviços;

9.1.5 – O acúmulo de multas for superior a 10% (dez por cento) do valor global do preço do serviço;

9.1.6 – A **CONTRATADA** não iniciar a prestação dos serviços dentro do prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis da data da assinatura deste instrumento;

9.1.7 – A **CONTRATADA** reincidir em falta punida anteriormente com multa, ou cometida por caracterizada má-fé;

9.1.8 – A **CONTRATADA** infringir o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93, em qualquer de seus elementos, submetendo-se às consequências legais cabíveis;

9.2 – A rescisão contratual não retirará da **CONTRATANTE** o direito de cobrar da **CONTRATADA** a multa estabelecida na cláusula oitava deste instrumento;

9.3 – A rescisão por conveniência administrativa da **CONTRATANTE** assegura à **CONTRATADA** o direito de receber o valor dos serviços entregues até a data em que se efetivar a rescisão.



CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos gerados no Projeto são oriundos da cobrança de taxas de inscrições pagas pelos participantes e recursos oriundos de patrocinadores da iniciativa privada, transferidas diretamente à **CONTRATADA**, consoante item 5, que serão distribuídos conforme Plano de Aplicação dos Recursos, item 4, ambos do Projeto de Gestão e Plano de Trabalho, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COORDENAÇÃO DO PROJETO

11.1 – Para constituir a Coordenação do presente Projeto fica indicado, pela **CONTRATANTE**, a Professora Isabel Cristina Braga Rodrigues.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1 – Caso a execução do objeto do convênio resulte invenção ou aperfeiçoamentos os direitos de propriedade pertencerão a **CONTRATANTE**, resguardados os direitos dos autores conforme as respectivas políticas de propriedade intelectual, nos termos da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial) e da Lei nº 10.973/04 (Lei Federal de Inovação Tecnológica).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTISUBORNO E ANTICORRUPÇÃO

13.1 – Em relação às atividades a serem realizadas sob este Contrato, cada Parte deverá, às suas próprias custas, cumprir todas as Leis Aplicáveis, e deverá assegurar que seus representantes, diretores, empregados e quaisquer terceiros envolvidos ou instruídos a agir em relação a este Contrato (as "Pessoas Relevantes") estão cientes e cumprem todas as leis antissuborno e corrupção aplicáveis a este acordo ("Leis Antissuborno"), incluindo a Lei nº 12.846/2013 e alterações; Decreto nº 8.420/2015 e alterações; e quaisquer outras leis antissuborno que se aplicam na jurisdição em que cada Parte está localizada, bem como quaisquer condições vinculantes em quaisquer licenças, registros, autorizações e aprovações aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATANTE** deverá providenciar para que as Pessoas Relevantes não tomem quaisquer ações ou façam quaisquer omissões que possam fazer com que qualquer das Partes esteja violando qualquer lei antissuborno aplicável.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATANTE** deverá providenciar para que suas Pessoas Relevantes, direta ou indiretamente, não ofereçam, paguem, prometam pagar ou autorizem qualquer suborno ou outra vantagem financeira indevida ou façam qualquer pagamento de facilitação ou recebam qualquer suborno ou outra vantagem financeira indevida de um funcionário público ou de uma entidade



privada em relação a este Contrato ou quaisquer transações realizadas para ou em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATANTE** deverá fornecer a assistência solicitada pela **CONTRATADA** para assegurar o cumprimento desta Cláusula incluindo, sem limitação:

a) comunicar imediatamente à **CONTRATADA** qualquer violação ou suspeita de violação das Leis Antissuborno ou desta Cláusula; e

b) ajudar a **CONTRATADA** na investigação e reparação de qualquer violação ou suspeita de violação, incluindo, mas não limitado a:

b.1) fornecer à **CONTRATADA**:

(i) respostas a quaisquer perguntas escritas ou orais levantadas pela **CONTRATADA** relacionadas à sua investigação;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESPONSABILIDADE SOCIAL

14.1. As partes contratantes declaram que não utilizarão trabalho infantil e serão integralmente respeitados os conceitos prescritos pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Qualquer parte poderá rescindir o contrato, de pleno direito, caso a outra deixe de cumprir as obrigações estabelecidas no referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. As Partes cumprirão, a todo momento, a Lei Geral de Proteção de Dados (lei federal nº 13.709/2018, “LGPD”), jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a outra Parte em situação de violação das leis de proteção de dados.

15.2. As Partes somente poderão tratar Dados Pessoais nos limites e forma previstos em lei, a fim de cumprir suas obrigações com base no presente Termo, jamais para qualquer outro propósito.

15.3. As Partes certificarão que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o Contrato, as leis de proteção de dados.

15.4. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações de uma das Partes relativas ao tratamento de Dados Pessoais, esta submeterá as demais Partes esse pedido para apreciação conjunta. Nenhuma das Partes poderá transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais a qualquer terceiro.

15.5. As Partes garantem que implementaram ou implementarão as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os Dados Pessoais, levando em conta as técnicas mais avançadas, o custo de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos apresentados pelo processamento, em particular, devidos à destruição, perda, alteração



ou divulgação não-autorizada dos Dados Pessoais, de forma acidental ou ilegal, ou ao acesso aos Dados Pessoais transmitidos, armazenados, ou de outra forma tratados. As medidas de segurança de cada uma das Partes atenderão ou excederão as (i) exigências das leis de proteção de dados e (ii) medidas de segurança correspondentes com as boas práticas do ramo de negócios destas.

15.6. Na hipótese de uma violação de Dados Pessoais, deverá a Parte informar às demais, por escrito, acerca da violação dos Dados Pessoais, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação. As informações a serem disponibilizadas pela Parte que teve conhecimento desta violação incluirão: (i) descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registros de dados implicados; (ii) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos Dados Pessoais; e (iii) descrição das medidas adotadas."

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 – A publicação deste Contrato será efetivada, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o que dispõe a Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO


17.1 – Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, que se rege, onde for omissivo, pelas disposições da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, será competente o foro da Justiça Federal Subseção Judiciária de São João del-Rei – MG, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estar, assim, justo e contratado, assinam o presente Instrumento, eletronicamente, e para maior autenticidade, são também firmadas por duas testemunhas.

São João del-Rei, 2022.

UFSJ:


Prof. Marcelo Pereira de Andrade
Reitor

Documento assinado digitalmente
 ISABEL CRISTINA BRAGA RODRIGUES
Data: 03/03/2023 06:54:13-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Isabel Cristina Braga Rodrigues
Coordenadora do Projeto



FAPED:


Documento assinado digitalmente
 ROBERT EUGENE SCHAFFERT
Data: 07/03/2023 11:05:28-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Robert Eugene Shaffert
Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: Ana Paula Fonseca Maia de Urzedo
CPF: 041.991.346-70
Testemunha UFSJ

Nome:
CPF:
Testemunha FAPED

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA FONSECA MAIA DE URZEDO
Data: 03/03/2023 17:42:24-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>